

Os dilemas do financiamento do Sistema Único de Saúde em tempos de Conferências

Maria de Fatima Siliansky de Andreazzi

[Médica. Doutora em Saúde Coletiva. Professora Adjunta da UFRJ / Universidade Federal do Rio de Janeiro]

Há um razoável consenso que a promulgação da Emenda Constitucional 95 de 2016 foi um duro golpe na política pública de saúde e nas demais políticas do Estado brasileiro. Vamos rever: essa Emenda congela o gasto federal nas políticas do Estado – saúde, educação, transporte, desenvolvimento urbano, por 20 anos. Ela estabelece um teto que é o gasto realizado em 2017 acrescido da inflação. Para 2017, a saúde teve 15% da Receita Corrente Líquida. A educação ficou com 18% da arrecadação de impostos. A partir de 2018, as duas áreas passarão a seguir o critério da inflação (IPCA).

No entanto, ficam fora desse critério os gastos para pagamento de principal e juros da dívida pública.

Isso significa que se a economia brasileira crescer, se a arrecadação aumentar, inclusive pelo estabelecimento de novos impostos, o governo federal não poderá usar recursos novos para investimentos em políticas públicas. É a garantia constitucional de tido o que o país arrecadar estar garantido para o sistema financeiro.

Enquanto isso a população cresce, envelhece, e as novas tecnologias vão pressionando o gasto em saúde.

O congelamento significa reduzir serviços de saúde, deixar populações descobertas, impedi-las de poder utilizar tecnologias caras, porém necessárias para o tratamento de suas doenças. É o desmonte do SUS e o empurrão amigo que o Estado dá para a saúde privada.

Falácias necessitam ser abordadas. O congelamento do gasto em saúde do governo federal é uma medida muito dura que foi apresentada pelo Governo Temer e votada por parlamentares do DEM, do PMDB, do PP, metade da bancada do PPS e do PSB, do PDT, PR, PRB, PROS, PTB, PT do B, PTN (pouquíssimas exceções), PSD, PSDB, PSL (partido do atual Presidente), PV, Solidariedade (inclusive Major Olímpio, liderança atual do PSL no Senado). Os Bolsonaro, Jair e Eduardo, e toda a bancada do PSC, partido deles na época, votaram SIM. Isso não significa que os governos anteriores, cujos partidos não votaram na aprovação da EC 95/2016, tenham se comprometido plenamente com a implementação da seguridade social tal como definida na Constituição/88, que apontou bases de financiamento estáveis para o cumprimento da meta da saúde universal de qualidade.

Vejam alguns fatos e números. Em 1994 - governo Itamar Franco - foi promulgado o Fundo Social de Emergência que no governo FHC se transformou em Fundo de Estabilização Fiscal para retirar recursos da seguridade e destiná-los ao pagamento de dívida pública e, em 2000, em Desvinculação de Recursos da União / DRU que retirava 20% dos recursos. Lula manteve esse mecanismo e Dilma, em 2015, propôs seu aumento para 30%. Toda essa drenagem não afetou a saúde apenas, mas a própria previdência. O chamado déficit que tem justificado a reforma da previdência não existiria na ausência da DRU. Entre 1995 e 2014, 700 bilhões foram extraídos da seguridade através da DRU, cerca de 7 anos de orçamento do Ministério da Saúde. Na época da apresentação do projeto que aumentava a DRU, o Conselho Nacional de Saúde foi contrário a essa medida. Nada ocorreu. Se a comunidade organizada que tem o direito constitucional de participar do sistema de saúde quiser, de fato, enfrentar o problema do subfinanciamento do SUS, duas medidas se fazem necessárias: a extinção da Emenda 95/2016 e a extinção da DRU. Tais medidas não serão feitas pelo atual governo e pelo Congresso, por mais que todas as Conferências municipal, estadual e nacional votarem relatórios nesse sentido. Infelizmente, essa é verdade. A democracia no Brasil é fictícia. Várias medidas aprovadas pelos Conselhos de Saúde se tornam letra morta: os gestores não acatam e nada acontece. Mas quando lhes aprouver iludir o povo de que há controle social no SUS, eles usam os conselhos.

O principal da luta hoje é fora do Estado: na rua, organizando autonomamente as bases. A articulação entre os movimentos é importante, a informação é importante. O que é um arremedo é o caráter deliberativo do controle social nos marcos atuais de um Estado que não é democrático, entre outras coisas, porque não respeita o chamado controle social do SUS. Por trás disso, estão os mecanismos pelos quais as classes dominantes direcionam as políticas do Estado: financiamento de campanhas, ameaças de paralisação de atividades econômicas, violência contra aqueles que protestam, assédios e ameaças às posições divergentes no aparelho de Estado, inclusive a conselheiros. **O povo deve ter primeiro o poder para que a democracia participativa seja plena. ■■■**

OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.